



Bello Parga: apelo à Câmara

## Bello Parga pede votação do Estatuto da Microempresa

O Estatuto da Micro e da Pequena Empresa deverá ser votado logo pelos deputados, pois representa um anseio de grande parte do empresariado de todo o País que deseja ingressar legalmente na atividade econômica. A opinião é do senador Bello Parga, que apelou ao presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, para que coloque em votação a proposta já aprovada pelo Senado. **Página 3**

## Valmir condena corte na pensão de viúva de servidor

A idéia do governo de cortar pela metade as futuras pensões de viúvas de ex-aposentados ou ex-servidores públicos é condenada com veemência pelo senador Valmir Campelo. Valmir argumenta que a renda da maioria dos funcionários públicos não passa de três salários mínimos e questiona: "Como é que a viúva poderá viver só com a metade desse dinheiro, que já é pouco?" **Página 4**

# Todos iguais na rolagem da dívida, exige Lobão

*Senador não faz objeção ao tratamento obtido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas alerta para necessidades dos outros estados*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou sexta-feira que não faz nenhuma objeção às renegociações das dívidas mobiliárias dos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, desde que a mesma fórmula seja estendida a todos os outros estados da Federação. Ele fez um apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para que a mesma providência seja dada ao conjunto das dívidas estaduais.

Lobão considerou que os protocolos de negociação firmados com os dois estados foram unilaterais e que caberá ao plenário do Senado, que está na posição de mediador em relação à matéria, aceitá-los ou não. Na sua opinião, os senadores devem aprovar a rolagem, por 30 anos, concedida aos dois estados e garantir justiça no tratamento a ser dado às dívidas dos outros estados, para evitar o rompimento do pacto federativo.

O senador comentou artigo de Pedro Parente sobre o assunto, publicado na sexta-feira no jornal *O Globo*, em que o secretário-executivo justificava o protocolo assinado com



Lobão: Nordeste fora da rolagem

o governo do Rio Grande do Sul. Segundo Lobão, Parente afirmou que a situação da dívida gaúcha era grave e emergencial, resultante de permanente capitalização de encargos financeiros. Por outro lado, continuou, o estado teria feito sua parte ao promover um ajuste fiscal com extinção de órgãos e programa de demissões voluntárias.

- As razões que favorecem o Rio Grande do Sul são as mesmas que favorecem os demais estados. Todos se ajustaram, encaminhando a privatização de suas empresas e o enxugamento da máquina administrativa. Por que abordar o problema apenas em relação

ao Rio Grande do Sul e Minas Gerais? - questionou.

Outro aspecto destacado pelo senador foi o de que o atual problema das dívidas estaduais remonta à década de 70, quando a crise do petróleo impôs a escolha entre recessão e desemprego ou desenvolvimento via poupança externa. Então, disse ele, a própria União incentivou os estados a contraírem empréstimos externos, avaliando-os.

- A composição das dívidas atuais é diferenciada, apesar de todos os estados terem feito o necessário ajuste fiscal - frisou o senador. - A dos estados mais desenvolvidos é basicamente dívida mobiliária, cuja rolagem integral tem sido sucessivamente aprovada pelo Senado. Os estados menores do Nordeste, que não têm dívida mobiliária e sim contratual, não se beneficiaram de nenhuma rolagem. O Maranhão, por exemplo, já chegou a desembolsar 25% de suas receitas líquidas totais no pagamento de dívidas contratuais, o que não foi feito por nenhum dos estados desenvolvidos.

**CCJ debaterá uso antiético de bancos de dados**

**Página 3**

**Plenário discute abuso econômico nas eleições**

**Página 2**

**Servidores do Senado vão hoje às urnas**

**Página 4**

# Senado discute emenda contra abuso econômico nas eleições

*A proposta do senador Pedro Simon estabelece que as campanhas, em todos os níveis, sejam custeadas pelo Orçamento da União*

Começa no próximo dia 8, no plenário do Senado, a discussão sobre proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), estabelecendo que as campanhas eleitorais serão custeadas, exclusivamente, por Fundo Nacional, com dotação específica do Orçamento da União, nos termos definidos em lei complementar. A norma atinge as eleições proporcionais e majoritárias em todos os níveis.

Simon justificou sua emenda afirmando que ela pretende coibir, efetivamente, os abusos e a influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais.



Pedro Simon

Em seu parecer, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), sustentou que melhor seria tratar da matéria mediante projeto de lei ordinária, reforçando o

Fundo Partidário previsto na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e comprometeu-se a apresentar tal projeto.

- A iniciativa é do mais relevante interesse público - disse Edison Lobão em seu parecer. - Todos nós, que dedicamos nossas vidas à política, nela encontrando o instrumento para a realização do bem comum, sabemos o quão difícil é enfrentar, nas campanhas eleitorais, os abusos e a influência do poder econômico; enfrentar notadamente os adventícios da política que, sem terem percorrido os primeiros degraus da atividade pública, procuram conquistar mandatos populares a qualquer preço.

## Reeleição aprimora a democracia e decisão pertence ao povo, diz senador

Ressalvando que expunha uma opinião pessoal, visto que seu partido ainda não tomou uma posição sobre o assunto, o senador Bello Parga (PFL-MA) defendeu sexta-feira o direito de os prefeitos, governadores e o presidente da República disputarem a reeleição para um novo mandato executivo. Ele disse que muita gente no Brasil tem encarado esse assunto como uma carta de licença para o governante, mas em sua opinião reconduzir um chefe do Executivo ao poder é assunto a ser deliberado pela sociedade.

- O juiz único e maior das decisões políticas é o povo. A ele não pode ser negado o direito de manifestar-se sobre os destinos da sociedade. Entendo que num sistema democrático não há por que impedir que o povo se manifeste sobre um novo mandato para os administradores públicos - argumentou o senador. - Há bons e

maus dirigentes, que o povo aprova ou desaprova. Impedir a reeleição não fará com que o povo deixe de votar em maus governantes.

Bello Parga sustentou que a reeleição não é um direito, mas um princípio democrático, que no momento tem sido tratado como se não existisse. Ele explicou que, desde a proclamação da República, firmou-se no Brasil a tradição de que os primeiros mandatários da Nação não deviam reeleger-se. Mas o senador entende que não há impedimento inafastável à aprovação de emenda constitucional permitindo a reeleição.

Ao pregar a eficácia desse princípio, ele lembrou que países como a França e os Estados Unidos permitem que o chefe da nação se reeleja, e acrescentou: "Não obstante haver re-

eleição nos Estados Unidos, dois recentes ex-presidentes (George Bush e Jimmy Carter) não lograram reeleger-se, visto que não conseguiram convencer seus partidários a aprová-los em convenção e sentiram que o apoio popular lhes era negado".

Ao expor essas idéias, o senador afirmou que, não sendo a reeleição matéria de caráter doutrinário, não vê razão para os partidos brasileiros adotarem posições vinculantes que exijam dos seus filiados o cumprimento da fidelidade partidária. Para ele, a reeleição é fator de aprimoramento da democracia.

Bello Parga informou que, no caso da bancada maranhense do PFL, os integrantes do partido pretendem tomar uma decisão unânime para levar ao foro da direção partidária.



Joel de Hollanda

## Reformas estão em andamento, afirma Hollanda

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) garantiu sexta-feira que as eleições municipais não irão atrapalhar a análise e votação das emendas constitucionais no Congresso. Para ele, faz parte do processo democrático que os parlamentares participem ativamente com suas bases partidárias das eleições nos seus estados de origem.

Joel de Hollanda argumentou que, mesmo com a aproximação das eleições, o Senado não deixou de trabalhar na apreciação das emendas constitucionais propostas pelo governo.

- As reformas estão acontecendo. Somente neste ano foram aprovadas umas cinco ou seis emendas constitucionais da maior importância - afirmou o senador.

O ritmo de realização de quaisquer reformas na Constituição, segundo explicou, é, naturalmente, lento, devido à complexidade dos temas abordados.

Para Hollanda, o Senado dará velocidade aos trabalhos de avaliação das emendas constitucionais a partir dos resultados das eleições e, segundo acredita, até o final do ano já haverá na Casa novos debates sobre as reformas propostas pelo governo.

## Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

# Parga apela à Câmara em favor de microempresas

*Para senador, estatuto aprovado pelo Senado e enviado à apreciação dos deputados é o instrumento que vai permitir ingresso de pequenos empresários no mercado formal*

"Não é concebível que essa matéria permaneça repousando nas prateleiras da Câmara dos Deputados", afirmou sexta-feira o senador Bello Parga (PFL-MA), ao apelar ao presidente daquela Casa, Luís Eduardo Magalhães, para que submeta a votação o Estatuto da Micro e da Pequena Empresa. Lembrando que a matéria já foi aprovada por unanimidade em decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o parlamentar disse que os senadores já cumpriram seu papel, devendo agora a Câmara fazer o mesmo.

- A comissão aprovou a

matéria num entendimento unânime, não houve discrepância, o que seria mais uma razão para que a Câmara conferisse celeridade à votação da matéria - afirmou Bello Parga.

Admitindo que a ocorrência das eleições municipais pode ter contribuído para o adiamento da deliberação, visto que a matéria poderia ser considerada polêmica, o senador sugeriu que o presidente da Câmara dos Deputados submeta o assunto a votação logo após o pleito.

Bello Parga lembrou que já faz 60 dias que o Senado aprovou esse estatuto, aten-

dendo a reivindicações de inúmeros pequenos empresários brasileiros, interessados numa norma legal capaz de lhes garantir direitos e prerrogativas para ingressarem formalmente no mercado econômico.

- Trata-se de imensa fração do empresariado nacional interessado em alargar sua atividade produtiva e, com isso, criar mais empregos - afirmou.

O senador informou que vem recebendo diversas manifestações de pequenos e

microempresários maranhenses, preocupados com a demora na aprovação definitiva da matéria.

- Espero que a sensibilidade das lideranças partidárias e do deputado Luís Eduardo Magalhães não mais procrastine essa votação, a fim de que os pequenos e microempresários possam inserir-se no mercado para contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e progresso da economia brasileira - disse o senador.

*Proposta amplia a geração de empregos no País*

## Comissão de Justiça vai debater projeto que protege cidadãos contra o uso antiético dos bancos de dados

A legislação brasileira precisa de instrumentos para regular a montagem e o uso dos bancos de dados, que determinem meios e formas para a proteção objetiva dos cidadãos diante do uso não ético da informática. A opinião é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresentou um projeto de lei regulamentando essa matéria. A proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na segunda semana de outubro, a partir de um relatório a ser apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Segundo Lúcio Alcântara, a questão da defesa das liberdades do cidadão frente ao uso não ético da informática é de tal natureza que na maioria dos países

industrializados promulgaram-se leis regulando a matéria, a partir dos anos 70. No plano das relações internacionais, em 28 de janeiro de 1981 o Conselho da Europa adotou a Convenção para a Proteção das Pessoas Relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal, determinando que suas normas entrariam em vigor a 1º de outubro de 1985.

- Ao mesmo tempo em que a informática representa um instrumento de liberdade e de progresso coletivo, pode oferecer à devassa pública o patrimônio, a situação econômica e fiscal, o comporta-



Lúcio Alcântara



José Ignácio

mento profissional, as condições de saúde, o comportamento sexual, o perfil como consumidor, o prontuário policial, as atividades sindicais, as opiniões políticas, religiosas e filosóficas, além de outros dados sobre a vida das pessoas, se as informações contidas nos vários bancos de dados setoriais puderem ser acessadas ou interconectadas - argumenta o senador.

Com seu projeto de lei, Lúcio Alcântara quer esta-

belecer regras claras sobre quais dados pessoais podem ser coletados e quais não podem; que bancos de dados podem ser constituídos e em que condições podem ser acessados e utilizados por entidades públicas ou privadas.

- Alguns dados pessoais, denominados dados sensíveis pela legislação de outros países sobre a matéria, são proibidos de ter tratamento automático - observa o parlamentar - e entre eles estão informações sobre origem racial, convicções políticas, religiosas e filosóficas, bem como orientação sexual. Já é hora de a legislação brasileira passar do geral para o específico, nessa questão.

# Valmir não aceita corte na pensão de viúvas

*O raciocínio de que a morte do aposentado ou servidor diminui os gastos familiares é um absurdo, argumenta o senador, que acha exatamente o contrário: as despesas aumentam*

## Biografia de Chacrinha é lançada no Rio

O senador Edison Lobão (PFL-MA) informou que vai ser lançado hoje, no Rio de Janeiro, o livro biográfico sobre Abelardo Barbosa, o Chacrinha. Trata-se de *Quem não se comunica se trumbica*, de autoria de Florinda Barbosa, viúva do animador, e da jornalista Lúcia Rito.

Lobão disse que era amigo pessoal de Abelardo Barbosa, a quem considerava uma personalidade especialmente privilegiada.

- Chacrinha inaugurou novos processos artísticos nas rádios e televisões - afirmou o senador. - Sua criatividade acabou por despertar o interesse da intelectualidade brasileira, que passou a analisar a importância de seus programas populares e transformou Chacrinha em tema de músicas, artigos e referências de estudiosos, como Nelson Rodrigues e Gilberto Freyre.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) condenou sexta-feira a idéia do governo de cortar pela metade as futuras pensões de viúvas de ex-aposentados ou ex-servidores públicos, uma fórmula anunciada pelo Ministério da Administração para economizar com os funcionários. Conforme a argumentação de técnicos do governo, quando morre o marido, diminuem os gastos familiares.

- O governo está esquecendo que a grande maioria dos funcionários públicos ganha muito mal. No caso dos aposentados, a renda da maior parte não passa de três salários mínimos. Se o



Valmir Campelo

aposentado morrer, como é que a viúva poderá viver só com a metade desse dinheiro, que já é pouco? - questiona Valmir Campelo.

Na opinião do senador, o raciocínio de que a morte do aposentado ou servidor diminui os gastos familiares é um absurdo, pois não leva em consideração que, geralmente, a viúva é mais velha e, portanto, gasta muito mais com saúde e remédios.

- Quando um servidor vai para a aposentadoria, seus filhos já estão com família constituída e, por isso, acabam deixando de ajudar financeiramente o pai e a mãe. É uma fase em que, na verdade, aumentam os gastos. Cortar a pensão seria uma falta de dignidade - disse Campelo.

## Servidores do Senado vão hoje às urnas

Com a tradição de disputas acirradas já assegurada, 2 mil 220 funcionários do Senado vão às urnas hoje para escolher, entre três chapas, a nova diretoria da Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe). O processo eleitoral vai das 9 às 21h e os eleitores terão três postos de votação: um na sala 4 da Ala Nilo Coelho; outro no hall de entrada do Prodasen e mais um no auditório do Centro Gráfico. A apuração será feita logo após o encerramento da votação.

Os servidores associados da Assefe que estão em condições de votar deverão apresentar-se munidos da carteira do clube ou qualquer outro documento pessoal de identificação que tenha foto. O mandato da diretoria executiva e do conselho deliberativo da entidade é de dois anos. São 10 diretores e 21 conselheiros, além de sete suplentes. A posse dos novos dirigentes está marcada para o dia 21 de outubro, às 10h, em sessão solene no salão social do clube.

As três chapas são: Assefe

Viva (Chapa 1), com Joberto Sant'Anna, da Gráfica, na presidência; Renovação (Chapa 2), com João Paixão de Lima, do Senado, para presidente; e Reconstruindo a Assefe com Seriedade (Chapa 3), que tem José Roberto Assumpção Cruz, do Senado, como líder. A Assefe completou 29 anos no último dia 7 de setembro e normalmente vive clima de muita mobilização e disputa em seus processos eleitorais. O último pleito com chapa única foi o de 1990.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES BELLO PARGA E EDISON LOBÃO

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Osmar Miranda e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal